

Título: Relatório de Consulta Pública

Variante a Boticas e Ligação à A24

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania
Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Rita Cardoso

Data: julho de 2026

ÍNDICE

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....	3
• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	3
• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	3
• FORMAS DE ESCLARECIMENTO.....	4
• ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA.....	4

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, na sua redação atual (RJAIA) procedeu-se à Consulta Pública do projeto “Variante a Boticas e Ligação à A24”.

O proponente é a Savannah Lithium, Lda. Lda.

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de **5 de junho a 17 de julho de 2026**.

• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação, relativa ao processo, foi disponibilizada para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- Câmaras Municipais de Boticas e Chaves

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da documentação, relativa ao processo, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas CCDR Norte e Câmaras Municipais de Boticas e Chaves;

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

• FORMAS DE ESCLARECIMENTO

No âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental, a Agência Portuguesa do Ambiente promoveu uma sessão pública de esclarecimento com o objetivo de disponibilizar informação detalhada sobre o Projeto em análise e o respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA), bem como responder às questões colocadas pelos interessados que participaram na sessão.

Esta sessão realizou-se no dia 13 de julho de 2026 das 17.30h às 20.00h.

A sessão de esclarecimento iniciou-se com uma apresentação sumária do Projeto e do EIA, seguindo-se um período dedicado ao esclarecimento de dúvidas.

Estiveram presentes aproximadamente 35 participantes.

• ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas **1297 exposições** provenientes das seguintes entidades e particulares:

- Direção-Geral do Território (DGT);
- Associação Observatório dos Recursos Naturais / Miningwatch Portugal;
- Associação Montalegre com Vida – Associação Defesa Ambiental;
- Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso;
- Associação Povo e Natureza do Barroso;
- Movimento Não às Minas;
- Associação Ambiental e Cultural Celtiberus;
- Xeilonas – Coletivo Transfeminista de Base Porto;
- Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela;
- Palombar – Conservação da Natureza e do Património Rural;
- ASSIMAGRA - Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Minerais;
- Associação Industrial Portuguesa;
- Associação Futuro do Barroso;
- CPMR - Cluster Portugal Mineral Resources;
- Corbário - Minerais Industriais, S.A.;
- Herdade Foz da Represa, Lda.;

- Aldeia S.A.;
- Período Azul – Atividades Hoteleiras e Artísticas Lda.;
- Drinkstory – Vinho dos Mortos, Lda.;
- 1278 cidadãos.

A **Direção-Geral do Território** refere que após análise da informação relativa à localização do projeto em análise, verificou que embora dentro do limite da área de estudo existam 2 vértices geodésicos pertencentes à Rede Geodésica Nacional, o projeto respeita a área de proteção dos marcos e não obstrui as suas visibilidades.

No que respeita à Rede de Nivelamento Geométrico de Alta Precisão, informa que existem algumas marcas de nivelamento na área de intervenção do projeto, cuja integridade física deverá ser preservada. A lista das marcas de nivelamento que podem ser afetadas por este projeto já foi anteriormente enviada à empresa TPF-Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A., responsável pelo Estudo de Impacte Ambiental.

Refere que a cartografia topográfica, vetorial ou imagem, nas escalas entre 1:1 000 e 1:10 000, e também na escala 1:25 000, deve ser homologada ou oficial, cf. preconizado no Decreto-Lei 193/95, de 28 de julho, na sua atual redação. A utilização de cartografia topográfica sujeita a direitos de propriedade carece de autorização de utilização pela respetiva entidade.

Refere, ainda, que a representação dos limites administrativos deve ser realizada recorrendo à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) em vigor, disponível na página de internet da DGT.

O parecer da DGT é favorável, condicionado ao cumprimento das disposições relativas à Cartografia e aos Limites Administrativos.

A **Associação Observatório dos Recursos Naturais / MiningWatch Portugal** anexa um parecer técnico com as seguintes recomendações.

- Recomendações para a decisão ambiental

Caso venha a ser emitida uma Declaração de Impacte Ambiental favorável, considera aconselhável que a decisão identifique expressamente as razões pelas quais se considera que as lacunas remanescentes não comprometem a avaliação global do projeto.

Em particular, recomenda que a decisão explicita a forma como foram ponderados os impactos cumulativos associados à Mina do Barroso, a relevância do Sistema GIAHS (Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial), a definição das áreas auxiliares de obra e a suficiência das medidas de minimização propostas.

- Recomendações para o Projeto de Execução

Durante a elaboração do Projeto de Execução considera particularmente importante proceder:

- à definição definitiva dos empréstimos, vazadouros e estaleiros;
 - à otimização do balanço de movimentos de terras;
 - ao aprofundamento das soluções de integração paisagística;
 - à atualização das estimativas de emissões atmosféricas e de gases com efeito de estufa com base nas soluções construtivas definitivas;
 - à confirmação da eficácia das medidas destinadas à manutenção da conectividade ecológica;
 - ao desenvolvimento de soluções que reduzam a fragmentação do território agrícola e minimizem os efeitos sobre o funcionamento do Sistema GIAHS.
- Recomendações para a monitorização

Considera igualmente recomendável que os programas de monitorização assegurem um acompanhamento particularmente rigoroso relativamente:

- à qualidade do ar durante a construção;
- ao ruído associado ao tráfego e às operações de obra;
- à estabilidade geotécnica dos taludes;
- ao funcionamento das passagens para fauna;
- à recuperação ecológica das áreas intervencionadas;
- à evolução da qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
- aos efeitos efetivos sobre as explorações agrícolas diretamente afetadas.

Sempre que os resultados da monitorização revelem desvios significativos relativamente às previsões do Estudo de Impacte Ambiental, recomenda a adoção de medidas corretivas adicionais, compatíveis com uma lógica de gestão adaptativa.

A **Associação Montalegre com Vida** manifesta-se contra o projeto em avaliação.

Considera que a “Variante a Boticas e Ligação à A24” está intrinsecamente ligada à Mina do Barroso e não constitui uma infraestrutura autónoma. Defende que servirá sobretudo para garantir o acesso logístico à exploração mineira, colocando em risco o património ambiental, agrícola e cultural do Barroso, classificado como Património Agrícola Mundial, bem como a qualidade dos produtos locais e os modos de vida das populações.

Refere, ainda, lacunas no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, por remeter para fases posteriores a análise de aspetos essenciais, comprometendo a transparência e a fundamentação da decisão.

Alerta para os impactos cumulativos sobre os ecossistemas, os recursos naturais e a biodiversidade.

A **Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso** considera que a “Variante a Boticas e Ligação à A24” não constitui uma infraestrutura autónoma, mas sim uma obra funcional, jurídica e financeiramente dependente da Mina do Barroso, destinada essencialmente a assegurar o seu acesso à rede rodoviária nacional.

Considera que subsistem insuficiências na fundamentação do projeto, na avaliação dos impactos cumulativos, na caracterização ambiental e na proteção dos valores ambientais e agrícolas, comprometendo a robustez da avaliação ambiental.

Questiona a imparcialidade do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental e defende a não aprovação da infraestrutura, por considerar que esta depende diretamente do projeto da Mina do Barroso, cuja aceitabilidade ambiental e social permanece contestada.

Anexa dois pareceres técnicos que referem o seguinte:

1. O Estudo de Impacte Ambiental apresenta insuficiências significativas na caracterização ecológica e na avaliação de impactos, nomeadamente na subavaliação dos impactos sobre espécies protegidas, ecossistemas aquáticos e corredores ecológicos, bem como a realização de campanhas em períodos inadequados.

Questiona a fundamentação da utilidade pública da infraestrutura, defendendo que esta servirá predominantemente a atividade mineira, e critica, ainda, o processo de participação pública.

2. O Estudo de Impacte Ambiental apresenta insuficiências na demonstração da necessidade da infraestrutura, na análise de alternativas, na fundamentação técnica das opções de projeto e na avaliação da segurança rodoviária.

Aponta, ainda, lacunas no enquadramento territorial e institucional da via, na demonstração da conformidade com a Reserva Ecológica Nacional e na avaliação dos impactos sobre a biodiversidade, habitats protegidos e património arqueológico.

Defende, por isso, que o EIA deve ser revisto antes de qualquer decisão, por não fornecer informação suficiente para demonstrar a viabilidade ambiental do projeto.

A **Associação Povo e Natureza do Barroso** considera que a “Variante a Boticas e Ligação à A24” não constitui uma infraestrutura autónoma, mas sim um projeto indissociável da ampliação da Mina do Barroso.

Refere insuficiências na avaliação ambiental, nomeadamente a fragmentação do procedimento, a análise incompleta dos impactos cumulativos e a ausência de parecer obrigatório da RAN, apontando ainda contradições na conclusão de viabilidade ambiental.

Considera a infraestrutura desproporcionada face à duração da exploração mineira e salienta os seus impactes habitats, espécies e património protegidos, criticando igualmente a ausência de análise de alternativas de menor impacte.

O **Movimento Não às Minas** manifesta oposição ao projeto, considerando que a Variante a Boticas e Ligação à A24 é uma infraestrutura diretamente associada à Mina do Barroso e à expansão da atividade mineira na região.

Refere, ainda, o seguinte:

- O projeto em avaliação poderá, também, servir outros projetos mineiros (Borralha e Romano), potenciando a industrialização do território.
- A avaliação dos impactes cumulativos é insuficiente, por não analisar de forma integrada os efeitos da articulação entre os vários projetos mineiros e respetivas infraestruturas.
- Afetação dos valores ambientais, agrícolas, paisagísticos e culturais do Barroso, incluindo territórios com reconhecimento internacional, como a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés e o Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (GIAHS/SIPAM).

A **Associação Ambiental e Cultural Celtiberus** manifesta discordância relativamente ao projeto em avaliação, questionando a sua necessidade e a opção de ligação à A24, defendendo a análise de alternativas, nomeadamente através da A7.

Considera que o aumento do tráfego pesado poderá agravar a circulação rodoviária e gerar impactes negativos na qualidade do ar, nos recursos hídricos e no ruído.

Destaca, em particular, os potenciais impactes sobre o Boticas Parque Natureza e Biodiversidade, a sua biodiversidade, atividades de conservação, atratividade turística e percursos pedestres.

Conclui que o projeto deverá ser revisto, com ponderação de alternativas de traçado que minimizem os impactes sobre o ambiente, o património natural, o turismo e a qualidade de vida da população.

O **Xeilonas** manifesta oposição à Variante de Boticas, considerando que a infraestrutura está diretamente associada ao Projeto de Lítio do Barroso e servirá principalmente para assegurar o transporte dos materiais mineiros para a rede rodoviária nacional.

Contesta a apresentação da estrada como uma infraestrutura de interesse geral, defendendo que a sua construção é incompatível com os valores ambientais, agrícolas e culturais do Barroso, classificado pela FAO como Património Agrícola Mundial.

Critica, ainda, os impactes sobre a biodiversidade, nomeadamente sobre o lobo-ibérico, e salienta a oposição das populações e de representantes locais ao projeto mineiro.

Conclui defendendo a não aprovação da variante enquanto infraestrutura associada à exploração de lítio no Barroso.

A **Palombar** considera que a Alternativa Norte representa a solução mais equilibrada entre os objetivos de mobilidade do projeto e a proteção dos valores ambientais e patrimoniais presentes no território, devendo ser acompanhada pela implementação integral das medidas de minimização para a biodiversidade, recursos hídricos, estabilidade de taludes e mortalidade de fauna durante a fase de exploração (e monitorização da última, caso seja necessário, posteriormente, implementar melhores soluções para a diminuição da mortalidade). Ainda e de elevada prioridade, a correção metodológica dos programas de monitorização previstos no EIA, com especial incidência sobre a biodiversidade.

Recomenda o seguinte:

- Supressão das atividades de construção aquando do período crítico de reprodução do lobo e de sobrevivência das crias. O período ideal recomendado será entre fevereiro e setembro e inclui o período de acasalamento, nascimento e fase crítica de sobrevivência das crias. O período condicionado será entre maio e outubro, para a sobrevivência das crias;
- Sugere que o promotor se encarregue de estabelecer parcerias para a recolha de cães errantes do meio selvagem, procedendo às normas de recolha, como esterilização e vacinação ou, promova e mantenha um próprio centro de recolha animal, para promover a diminuição de casos de hibridização em zonas marginais e de expansão
- Remoção de espécies invasoras (*Acacia dealbata*, *Conyza canadensis* e *Datura stramonium*), nas áreas florestais de proximidade onde se verifique a presença destas espécies;
- As áreas a florestar e/ou recuperar, para além de serem extensas (considerando os efeitos não-isolados desta obra), devem ser continuamente mantidas até se comprovar a estabilidade ecológica;
- recolha, para preservação e propagação, de sementes das espécies adaptadas às condições edafoclimáticas da região;
- ajuste da fase de monitorização. para o período ótimo de cada grupo faunístico;
- priorizar viaduto de acesso à A24 em detrimento do desnível da estrada 312 e do vale;
- optar pela construção de viadutos nas áreas de lameiros e captações de água;
- reutilização do material resultante da decapagem, quando apropriado, para as soluções de revestimento vegetal;
- a fase de decapagem deve priorizar-se aos períodos climáticos menos propícios à erosão e transporte de materiais sólidos pelo vento e escoamento de água, de forma a diminuir a exposição do solo;
- as artificializações do relevo, da exposição de taludes e dos riscos erosivos, devem ser compensadas no menor período possível e integradas paisagisticamente com apenas espécies autóctones.

A **Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela** refere que a variante proposta é contestada pelas populações locais e pelos seus representantes, que consideram não existir necessidade da infraestrutura para a região. Considera que o projeto se destina sobretudo a servir a exploração mineira de lítio da Savannah Lithium, Lda., facilitando o escoamento da produção.

Defende que a variante poderá causar impactes negativos no património, no ambiente, na atividade agrícola e na qualidade de vida das populações, agravando o conflito e privilegiando interesses privados em detrimento do interesse público.

A **ASSIMAGRA** considera que a “Variante a Boticas e Ligação à A24” é uma infraestrutura estratégica, essencial para melhorar a segurança rodoviária, a mobilidade e a acessibilidade da região, promovendo o desenvolvimento económico e reduzindo os impactes do tráfego nas localidades.

Destaca, ainda, a sua importância para garantir o acesso ao Projeto de Lítio do Barroso e para reforçar cadeias de abastecimento europeias mais resilientes, reiterando a sua disponibilidade para colaborar na promoção de soluções sustentáveis para a gestão de recursos minerais e a valorização do setor.

A **Associação Industrial Portuguesa** refere que o projeto em avaliação é considerado estratégico para o desenvolvimento económico do Alto Tâmega e do Norte do país, ao melhorar a acessibilidade, reforçar a competitividade empresarial, reduzir tempos e custos de transporte e aumentar a segurança rodoviária.

Considera que o projeto em análise contribuirá para melhorar a qualidade de vida das populações, através da redução do tráfego nos centros urbanos, e constituirá um importante fator de dinamização económica, ao promover a atração de investimento, a criação de emprego e o desenvolvimento de atividades económicas.

Assim, considera que os benefícios socioeconómicos do projeto justificam a sua concretização, desde que seja assegurado o cumprimento das medidas de minimização e monitorização previstas no Estudo de Impacte Ambiental.

A **CPMR** considera que a Variante contribuirá para melhorar significativamente a acessibilidade a Boticas, promover a coesão territorial e compatibilizar o desenvolvimento da atividade mineira com a proteção dos valores ambientais, agrícolas e sociais.

Defende que a infraestrutura permitirá minimizar os impactes da exploração de lítio e contribuir para o desenvolvimento económico e a fixação de população, apoiando a opção pelo traçado mais a norte por ser mais favorável às comunidades locais.

A **Associação Futuro do Barroso** manifesta concordância com a “Variante a Boticas e Ligação à A24”, considerando-a uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento de Boticas e da região do Alto Tâmega e Barroso.

Destaca os benefícios esperados para a qualidade de vida, a mobilidade, o turismo, a atração de empresas, o emprego e a fixação de população, contribuindo também para a coesão territorial.

Prefere a alternativa a norte de Boticas, por ocupar menos terrenos agrícolas, ser mais curta e apresentar menor risco de gelo, propondo ainda alguns ajustamentos ao traçado e às características da via para reduzir a afetação de propriedades agrícolas.

Considera que a via deveria ter a configuração idêntica, por exemplo, à que liga a cidade de Valpaços à A4, ou seja, uma via prioritária (rápida) onde existem cruzamentos, mas sem rotundas.

Propõe, ainda, o aproveitamento do caminho rural existente junto ao rio Terva, evitando a curva e a ligação à N103, de modo a reduzir a distância e a afetação de propriedades agrícolas.

A **Corbário - Minerais Industriais, S.A.** considera o projeto de elevado interesse nacional e social.

A **Aldeia S.A.** apoia o projeto e reconhece os seus benefícios.

A **Herdade Foz da Represa, Lda.** considera que o projeto contribuirá para o desenvolvimento turístico e económico da região, a valorização do território e o combate à desertificação.

A **Período Azul – Atividades Hoteleiras e Artísticas, Lda.** considera que a estrada potenciará o turismo, ao melhorar significativamente as acessibilidades.

A **Drinkstory – Vinho dos Mortos, Sociedade Agrícola, Lda.** considera que o projeto em análise melhorará a qualidade de vida da população, beneficiará as empresas locais e promoverá o desenvolvimento da região.

Cerca de **1126** participações de **cidadãos** manifestam-se contra o projeto em avaliação.

Consideram que o projeto “Variante a Boticas e Ligação à A24” apresenta graves lacunas técnicas, metodológicas e legais, nomeadamente na avaliação dos impactos ambientais, sociais e económicos.

Consideram que o projeto poderá provocar impactos irreversíveis na biodiversidade, nos recursos hídricos, na paisagem e no sistema agro-silvopastoril tradicional do Barroso, afetando habitats, espécies protegidas, terrenos agrícolas, baldios, atividades pecuárias e a qualidade de vida das populações. São, ainda, apontados aumentos de tráfego pesado, ruído, poluição atmosférica, poeiras e riscos de contaminação.

Consideram que os impactos da variante não podem ser analisados isoladamente, uma vez que a infraestrutura está diretamente ligada à Mina do Barroso, devendo os impactos cumulativos dos dois projetos ser avaliados conjuntamente. É, ainda, criticada a insuficiente análise de alternativas, como a ferrovia, a melhoria de vias existentes ou outras soluções de menor impacto.

É referido, ainda, que a obra é vista como uma infraestrutura que beneficia sobretudo interesses privados ligados à exploração mineira, sem demonstrar benefícios estratégicos ou económicos proporcionais para a região ou para o território nacional.

Existe também preocupação com os futuros custos de manutenção da estrada e com a possibilidade de estes recaírem sobre o setor público após o encerramento da mina.

Em síntese, consideram que a “Variante a Boticas e Ligação à A24” ameaça de forma significativa o ambiente, a paisagem, o património agrícola mundial GIAHS-FAO, a economia rural e a qualidade de vida das populações, sem apresentar uma utilidade pública ou estratégica suficientemente demonstrada.

Destes últimos, cerca de **120** manifestam-se **exclusivamente contra o projeto «Mina do Barroso»**.

Aproximadamente **146 cidadãos manifestam-se a favor do projeto** em avaliação, por considerarem que é uma infraestrutura estratégica e inovadora, com impacto na mobilidade, segurança, competitividade e desenvolvimento sustentável do interior, através da cooperação público-privada.

É referido que a variante contribuirá para melhorar a qualidade de vida e a mobilidade em Boticas, reforçando a segurança, o acesso a serviços e emprego, o desenvolvimento económico e a redução do isolamento do território.

Relativamente às alternativas, a maioria dos participantes manifesta preferência pela **Alternativa Norte**, considerada a solução mais equilibrada. Esta preferência baseia-se na menor afetação de valores naturais, patrimoniais e agrícolas, na redução dos impactes no ambiente sonoro e na paisagem, bem como na melhoria das condições de mobilidade e de segurança rodoviária. A alternativa permite, ainda, uma ligação mais eficiente entre Boticas, a A24 e os principais equipamentos e serviços da região, contribuindo para melhorar o acesso da população, a atratividade turística e o desenvolvimento sustentável do concelho.

A preferência pela **Alternativa Sul** fundamenta-se na melhoria das acessibilidades à vila de Boticas e às localidades de Granja e Sapiãos, bem como na ligação mais direta das áreas industriais à autoestrada e na maior proximidade do acesso ao centro da vila.

São apresentadas, ainda, as seguintes **sugestões**:

- A nova variante deveria ter um traçado contínuo, passando pelo sul do Castro de Sapelos e evitando a necessidade de fazer parte do percurso pela estrada nacional 103. Esta alternativa contribuiria para uma maior segurança e fluidez do tráfego, e evitaria a curva perigosa da N103 junto ao quilómetro 143 também conhecida por “curva do leite”.
- Na zona entre Carreira da Lebre, Quintas e Boticas, considera-se que a diretriz proposta atravessa uma das áreas de maior sensibilidade ambiental, agrícola e urbana, afetando terrenos de elevado valor, soutos com castanheiros centenários, nascentes de água que abastecem a aldeia de Quintas, solos agrícolas férteis, habitats de fauna e flora e zonas muito próximas do aglomerado populacional, com consequentes impactes em termos de ruído, poluição e qualidade de vida.

Como alternativa, propõe o desvio do traçado cerca de 300 metros para norte, entre Beça e Quintas, reduzindo significativamente os impactes ao atravessar sobretudo terrenos rústicos de menor valor agrícola e ecológico, numa zona de planalto mais favorável do ponto de vista construtivo, com menor necessidade de movimentação de terras, menor interferência com linhas de água e menor afetação da população. As linhas elétricas existentes não constituiriam um obstáculo relevante, por serem passíveis de realocação.

Em alternativa, sugere ainda um traçado mais a sul de Carreira da Lebre, Quintas e Seirrãos, acompanhando maioritariamente a transição entre

terrenos agrícolas e áreas de serra recentemente ardidadas, evitando a passagem por aldeias e pelos seus terrenos de agricultura de subsistência.

Em qualquer dos casos, considera que uma solução que evite atravessar os núcleos habitacionais e as áreas agrícolas associadas permitirá reduzir substancialmente os impactes sociais e ambientais, promovendo um melhor equilíbrio entre o desenvolvimento da infraestrutura e a preservação do território.

Concluindo, a maioria das associações ambientais e de defesa do território, bem como cerca de 1126 cidadãos, manifestam oposição ao projeto, salientando a sua estreita ligação à Mina do Barroso, insuficiências na avaliação de impactes e potenciais impactes negativos sobre a biodiversidade, os recursos hídricos, a paisagem, o património agrícola e a qualidade de vida das populações.

Por outro lado, diversas associações e empresas, e, ainda, cerca de 146 cidadãos consideram que a infraestrutura poderá desempenhar um papel estratégico na melhoria da mobilidade, da segurança rodoviária e da acessibilidade, bem como na promoção do desenvolvimento económico e turístico da região.

Entre os participantes favoráveis ao projeto, a Alternativa Norte é, de uma forma geral, a preferida, por ser considerada a solução mais equilibrada, com menor afetação dos valores naturais, patrimoniais e agrícolas e melhores condições de mobilidade.

São, ainda, apresentadas sugestões de alteração do traçado com o objetivo de reduzir os impactes ambientais, sociais e agrícolas.

As participações recebidas encontram-se arquivadas no respetivo processo, na Agência Portuguesa do Ambiente.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA
Variante a Boticas e Ligação à A24

